



## **O RIO DOS MEGAEVENTOS ENTRE A EXCEÇÃO E A LUTA PELO ESPAÇO: REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA, PROCESSOS DE MILITARIZAÇÃO E CONTROLE DA CIDADE**

Julio Cesar Ferreira Santos  
Universidade de São Paulo – USP

### **O Rio dos Megaeventos entre a Exceção e Luta pelo Espaço: Reflexões sobre Segurança Pública, Processos de Militarização e Controle da Cidade (Resumo)**

A urbanização produzida a partir da industrialização introduziu novas condições para a diferenciação do espaço, garantindo a acumulação de capital. O capital tende a buscar ganhos em áreas de industrialização mais antigas ou em espaços não industrializados (novas fronteiras a transpor) produzindo estratégias. Nesta reflexão, procuramos partir das contribuições de David Harvey e Neil Smith para compreender a produção de uma fronteira no interior do processo de reprodução do espaço urbano no Rio de Janeiro (nos termos de Henri Lefebvre). Essa reprodução realiza-se por meio de estratégias que produzem novos fatos, permitindo que uma legislação autoritária seja formulada no âmbito de um ambiente de exceção. Assim, colocam-se os termos para a realização de megaeventos esportivos ao mesmo tempo em que direitos são limitados. Como resultado do processo, diversas áreas da cidade são (re)valorizadas, incluindo favelas localizadas em um eixo de valorização fundamental, o que gera impacto social relevante.

**Palavras-chave:** urbanização, megaeventos, reprodução do espaço, gentrificação, violência urbana

### **Rio of Megaevents between Exception and Contest for Space: Reflections on Public Security, Militarization and City Control (Abstract)**

Urbanization produced from industrialization has introduced new conditions for the differentiation of space, ensuring capital accumulation. Capital tends to seek gains in areas of older industrialization or non-industrialized spaces (new frontiers to cross) producing strategies. In this paper, we make some considerations from David Harvey and Neil Smith works to understand the production of a frontier within the process of reproduction of urban space in Rio de Janeiro (following Henri Lefebvre). The reproduction takes place through strategies that produce new facts, allowing an authoritarian legislation formulated within a state of exception. There are the conditions to perform sport megaevents while the social rights are been limited. As a result of the process, several areas of the city are (re)valued, including slums located on an axis of fundamental valuation, which generates significant social impact.

**Keywords:** urbanization, megaevents, reproduction of space, gentrification, urban violence.

No que concerne ao desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, David Harvey e Neil Smith ressaltam em suas obras o caráter combinado, contraditório e complexo como resultado da dialética histórica e geográfica. Apenas a desigualdade e a combinação não são suficientes para descrever, explicar e compreender o sentido do desenvolvimento geograficamente desigual. Contudo, são condições fundamentais.

A teoria do desenvolvimento geograficamente desigual é persistente na Geografia e crucial na medida em que é fundamento teórico-prático de análises radicais da realidade. Harvey e Smith sustentam a relevância teórico-metodológica do tema. Smith é possivelmente o precursor do desenvolvimento sistemático explícito da teoria do desenvolvimento geograficamente desigual, enquadrando-a dentro de um marco teórico maior do desenvolvimento desigual geral. Estimulado por Harvey, dedica-se ao tema em um livro denso chamado “*Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*” (publicado no Brasil em 1988). Smith apresenta as considerações teóricas de um conjunto de investigações sobre a produção da diferenciação no espaço urbano, em especial o processo de gentrificação. Grande mérito de Smith consiste em ter revisitado com notável profundidade e rigor os aportes dos autores mais importantes desde o período da formulação original do problema, incluindo o desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky. Outro mérito reside na articulação com a noção de natureza (e sua diferenciação geográfica/humanização) no interior da reprodução capitalista ampliada. Nesta reflexão, partimos das contribuições de Harvey e Smith para avançar no que se refere à compreensão da produção de uma fronteira econômica no interior do processo de reprodução do espaço urbano no Rio de Janeiro (nos termos de Henri Lefebvre). Essa reprodução realiza-se por meio de estratégias que produzem novos fatos, permitindo que uma legislação autoritária seja formulada no âmbito de um ambiente de exceção. Assim, colocam-se os termos para a realização de megaeventos esportivos ao mesmo tempo em que direitos são limitados. Como resultado do processo, diversas áreas da cidade são valorizadas, incluindo favelas localizadas em um eixo de valorização fundamental, o que gera impacto social relevante.

A globalização, comandada pela lógica da acumulação capitalista, tem em seu cerne um movimento contínuo de valorização e desvalorização, o que implica em constante transformação de lugares e territórios mediante a urbanização em diferentes escalas. A urbanização é condição para construir uma “unidade na diversidade” do capitalismo global. Além disso, a urbanização é condição para a “compressão espaço-temporal” de Harvey ou a “aniquilação do espaço pelo tempo” de Marx, mas também condição para a integração dos lugares e territórios, que se realiza de modo desigual e combinado.

Relativamente à produção material, tratou-se sempre de descobrir novos produtos que encadeiam novas necessidades e de aprofundar indefinidamente a divisão do trabalho social. Fato é que o capitalismo enquanto formação social descreve um processo em escala mundial, abrigando desigualdades de desenvolvimento e estas desigualdades são virtuosas relativamente ao movimento da formação. São elas que explicam a mobilidade do capital e do trabalho. Para o capital, o fundamental é encontrar oportunidades de investimento e, para o trabalho, é encontrar uma inserção produtiva.

Nesta oportunidade, desenvolvemos nossas reflexões sobre a gentrificação de favelas no Rio de Janeiro em função dos megaeventos esportivos a partir do processo de constituição da metrópole, produzida pela industrialização, compreendendo suas transformações recentes no contexto da superação da mesma industrialização que a gerou. Nesse sentido, colocam-se novas contradições na reprodução do espaço urbano, abrindo possibilidades para sua própria superação em direção ao novo. De modo a resolver as contradições dentro dos marcos do capitalismo, a contradição deterioração-revitalização possui potência para evidenciar o processo de expansão da fronteira urbana no que tange

à realização da gentrificação. Por fim, analisamos alguns casos de gentrificação em favelas do Rio de Janeiro, observando os processos que contribuem para esse momento, incluindo as ideologias relacionadas à violência urbana e a disputa por um projeto de cidade.

### **A produção da metrópole pela industrialização e a superação de um processo**

O desenvolvimento capitalista se reproduz baseado em uma dinâmica que considera os investimentos passados, realizados e consolidados material e simbolicamente, ao lado da necessidade de constante e contínua desvalorização do espaço. Esta é capaz de abrir novos horizontes para a acumulação de capital e a produção de novas oportunidades à reprodução do espaço na metrópole. A dinâmica entre o que será mantido e o que será reestruturado produz a própria imagem do capital como relação social. Nesse movimento, as contradições internas do capitalismo aparecem à análise e são sentidas na vida cotidiana. Assim, a (re)produção do espaço define novas paisagens da acumulação.

A urbanização originada da industrialização vem produzindo uma nova ordem espaço-temporal, definindo seu próprio espaço e uma sociedade tendencialmente urbana, cujas necessidades encontram-se condicionadas pelo processo de apropriação com base na propriedade privada. A morfologia da metrópole expõe a produção de um espaço fundado em contradições, cuja raiz reside na propriedade privada, com a concentração da riqueza e do poder político. A apropriação privada realiza-se no plano da vida cotidiana, fragmentando o espaço, incluindo o próprio espaço da moradia. A industrialização alterou a relação da sociedade com o trabalho, instaurando uma divisão do trabalho responsável pelo desenvolvimento primordial da mercadoria. Contudo, o desenvolvimento da industrialização

“engendrou uma massa de forças produtivas, para a qual a [propriedade privada] tornou-se um entrave [...]. Essas forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, experimentam apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se para a maioria em forças destrutivas<sup>1</sup>.”

Alterado o caráter da cidade na direção da generalização da propriedade privada, o ato de produzir torna-se o objetivo maior e, a cidade, o centro de controle da economia, “ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos de força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo”<sup>2</sup>. Na verdade, trata-se de compreender o movimento mais amplo que articula o processo de produção do espaço com as novas formas gestadas para garantir a reprodução da riqueza (novas formas da propriedade privada), bem como os novos valores que sustentam discursos ideológicos voltados a garantir o consumo. A fim de garantir a reprodução diante da necessidade de novas formas ao mesmo tempo em que a propriedade privada se generaliza e o espaço é produzido como raridade, para Seabra (2000), é preciso compreender a dialética entre aquilo que no espaço se imobiliza para compor uma estrutura e os conteúdos que realizam a função da forma. Pode-se concluir então que essa produção-reprodução implica continuamente a funcionalização-refuncionalização do espaço, porque os conteúdos têm o seu movimento, e a forma tem o seu próprio movimento. Adequar o conteúdo à forma exige refuncionalizar constantemente o espaço.

O espaço produzido como mercadoria é fragmentado e vendido aos pedaços. Sua valorização como objeto de consumo sobrepõe-se a seu valor de uso, ao passo que o valor de troca do espaço prepondera e se impõe sobre a vida cotidiana, normatizando-a, privatizando-a, regulando-a. Carlos<sup>3</sup> assevera que a venda do espaço

---

<sup>1</sup> Marx e Engels, 1984, p. 95

<sup>2</sup> Soja, 1993, p.118

<sup>3</sup> Carlos, 1999, p.174-175

“inaugura um movimento que vai do *espaço do consumo* (particularmente produtivo – aquele da fábrica que produz o espaço enquanto condição da produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias) ao *consumo do espaço*, isto é, cada vez mais se compra e se vende ‘pedaços de espaço’ para a reprodução da vida”.

Para Smith<sup>4</sup>, “a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo”. O espaço, analisado na perspectiva do materialismo dialético, transcende a noção de **produto** da existência humana, sendo também **condição** e **meio** do processo de reprodução da sociedade. Colocada desta forma, a abordagem dialética da espacialização dos fenômenos revela que a sociedade, ao se (re)produzir, produz o seu próprio espaço, cuja produção se realiza em espaços-tempos distintos, aos quais a apropriação é uma possibilidade. Esse é o caminho prático-teórico que supera a noção de “organização espacial” para a “produção do espaço”, revelando novos conteúdos<sup>5</sup>.

Assim, o espaço é fundamental como possibilidade de reprodução do capital, das relações sociais de produção e de realização das estratégias do Estado resultando em uma prática social produzida com base em processos contraditórios. A metrópole capitalista só pode se expandir através da reprodução econômica e espacial. Contudo, há obstáculos a essa reprodução. Nas áreas centrais das metrópoles, por exemplo, a propriedade privada torna-se um impeditivo revelando, então, uma contradição, posto que a propriedade é, igualmente, condição e obstáculo à reprodução. O fenômeno da “raridade do espaço” aparece como produto do processo de reprodução do espaço ao mesmo tempo em que o espaço se torna obstáculo à sua própria reprodução<sup>6</sup>, levando o capital a criar alternativas dentro da reprodução através da produção de novos espaços. É o mecanismo que produz a raridade que aumenta os lucros. Produzida intencionalmente, a raridade mantém o espaço valioso. A reprodução do espaço urbano revelaria o movimento contraditório da reprodução da lógica do capital.

Fato é que a necessidade de expansão da imobilização de capital contrasta de modo inequívoco com a densa ocupação do solo urbano. Há que se produzir novos espaços para a realização dos novos setores da economia contemporânea, com destaque para a financeirização do mercado imobiliário. A desvalorização de parcelas da cidade (e sua “necessidade de revitalização”), bem como o surgimento de centralidades pelo espaço urbano (funcionalmente especializadas) aparecem como produções deste momento. O processo responde, então, pela transformação de fragmentos da cidade de modo a produzir novas centralidades.

Diante das novas necessidades da reprodução do capital, as novas formas criadas dizem respeito à flexibilização da imobilidade da propriedade, assim como à refuncionalização de antigas áreas da metrópole através de projetos de revitalização urbana (para o consumo turístico, residencial, “cultural”, etc). Essas iniciativas representam momentos distintos da (re)valorização do espaço, condensando no âmago do processo o desenvolvimento do espaço como mercadoria, fragmentando a metrópole e elevando algumas parcelas a produtos vendidos em um mercado mundial<sup>7</sup>. Para que esse movimento se realize, uma nova relação entre o espaço e o Estado favorece a valorização e a produção de infraestrutura necessária à reprodução do capital.

Propomos, assim, aprofundar a análise da relação entre o Político e o econômico para a reprodução do espaço urbano. Como um dos pontos de partida, propomos expor o momento da reprodução do espaço hoje, refletindo estratégias comuns aplicadas a alguns fragmentos metropolitanos a fim de encontrar *novas* contradições no que tange ao fenômeno da deterioração de áreas e as tentativas de revitalizá-las.

---

<sup>4</sup> 1988, p.151

<sup>5</sup> Carlos, 2007

<sup>6</sup> Carlos, 2000

<sup>7</sup> Sánchez, 2003

Deparamo-nos, assim, com o par contraditório deterioração-revitalização inserido no processo histórico-geográfico valorização – desvalorização – revalorização.

Diante da generalização da propriedade privada no espaço e da consolidação de uma paisagem construída pelo capital como coleção de valores de uso balizadores da acumulação, torna-se fundamental a realização do capital através do processo de trabalho na produção do espaço. Isso garante a realização de relações que permitam a circulação do capital imobilizado, desfazendo restrições físicas à reprodução econômica. Assim, o capital não-realizado se destaca e será justamente através do entendimento da distinção entre destruição de capital, valorização/desvalorização e deterioração<sup>8</sup> que encontraremos a valorização do valor e a particularidade da produção do espaço-mercadoria. Compreender como os capitalistas e o Estado atuam no sentido de superar as barreiras à realização do capital está posto aqui, incluindo a construção dos discursos. Para isso, indicamos a “pacificação de favelas” como uma forma de revitalização urbana como momento importante para o desenvolvimento contraditório capitalista no movimento do desenvolvimento desigual.

Articulada pelo Estado, a revitalização urbana realiza-se no plano do pensamento abstrato como ideologia; como prática social, realiza-se através da estratégia em movimento em direção à produção de um espaço que nega o anterior (às vezes parcialmente). Nas áreas ocupadas por favelas, no Rio de Janeiro, essa estratégia é levada a cabo por projetos de “Segurança Pública” que disciplinam o espaço e os moradores das áreas ditas “pacificadas”, parcialmente livres de narcotraficantes após ocupação policial. A “pacificação” de – até o momento – 38 favelas no Rio de Janeiro permite o controle do lugar pelo Comandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), responsável pela criação das novas regras de conduta e pela “civilização” da área. A ocupação policial impacta a vida cotidiana da população afetada que, praticamente, passa a viver em estado de sítio permanente. Enquanto isso, novos negócios são realizados nas favelas, promovendo elevação do custo de vida e dos preços de imóveis. A propriedade privada se institucionaliza e renova-se.

A industrialização produziu sua própria urbanização, superada por novas exigências da internacionalização do capital no século XX. E existe um urbanismo por trás disso. Tal urbanismo vende o “direito à cidade” como “qualidade de vida”, ideologia que, na prática, se produz através da tendência ao mundial por meio de forças homogeneizantes no plano lógico e segregacionistas no plano prático. A realização de megaeventos, majoritariamente esportivos, se impõe como meio de adaptação ao novo regime de acumulação chamado pós-fordista e “pós-industrial” no contexto do cenário de crescente globalização. O neoliberalismo apresenta, a partir da década de 1980, cidades que se confrontam com a desindustrialização, o desemprego, a queda de receitas dos impostos, obrigadas a se reposicionar como centros internacionais de finanças, de informação e serviços, atraindo turistas e consumidores qualificados.

Em momentos e espaços distintos, a desindustrialização gerou decadência econômica e criação de novas fronteiras para a acumulação do capital. Diante da contenção dos gastos estatais em função de cortes orçamentários, passou-se a defender a captação de recursos provenientes do mercado para a realização das chamadas “revitalizações urbanas”. Nesse contexto, a produção do consenso em torno da suposta capacidade que os megaeventos detêm para geração de empregos e de riqueza condicionou a ação do Estado ao orientar um urbanismo que considera a cidade como uma empresa, perspectiva que esvazia politicamente a administração pública. O percurso teórico-prático que vai da elevação dos preceitos essencialmente macroeconômicos do neoliberalismo em direção à eliminação do debate político no nível da cidade abriu a perspectiva para a inclusão de um novo elemento: o autoritarismo

---

<sup>8</sup> Harvey, 1990

dos gestores públicos apoiados na militarização de espaços estratégicos da cidade, configurando um estado de exceção (nos termos de Agamben, 2004).

Assim, revela-se o sentido do espaço hoje diante da especialização dos lugares da metrópole, reelaborados ideologicamente e materialmente para a reprodução do capital. Esse processo responde pela produção de novas morfologias espaciais que impõem novas práticas sociais.

### **A contradição deterioração-revitalização na gentrificação**

Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels nos dizem que a alienação nasce de uma cisão entre a condição inorgânica do homem (que vem da natureza) e o processo mais amplo de reprodução. Neste momento, a alienação é forjada, surgindo da separação entre o homem e a natureza. A alienação nasce de uma profunda cisão na História, a partir do momento em que as condições objetivas da vida do homem são separadas dos meios de produção. Neste sentido, o conteúdo da História seria a própria realização da vida do homem. Assim, na prática, o movimento histórico que forja a alienação também é o caminho percorrido pelos homens na construção de uma Civilização. Civilizar-se, deixar de pertencer ao reino natural, de outra forma também significaria o ato de produzir cidades.

Neste contexto, a fim de satisfazer suas necessidades, estabelece-se outra relação entre os homens e suas obras, pois agora os homens passam a se objetivar em atividades produtoras de obras, alienando-se pelo *trabalho*, uma categoria especificamente própria da História. Nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, Marx (2004) aponta o trabalho como a “essência ontológica do homem”. Neste sentido, o homem é considerado um ser materialmente sensível, sofredor e carente, um ser de paixões e de necessidades. O "trabalho" em geral será seu meio de objetivação e exteriorização fundamentais para suprir tais necessidades. O homem, com seu fazer *consciente*, transformará produtivamente a natureza externa, seu "corpo inorgânico", e nesse processo também o seu próprio ser (sua natureza interna). O homem se forma pela produção, pelo trabalho, como apropriação do objeto pelo ato de transformação. O homem é o *que* ele produz e é *como* ele produz.

A produção possui duas dimensões, sendo uma abstrata e outra, material. A efetiva divisão do trabalho, determinada socialmente, surge da divisão entre essas dimensões, quando o capitalismo tira o controle da produção das mãos dos trabalhadores. Com isso, instaura-se o conflito, a luta de classes, e um estratégico descolamento entre a representação da realidade e a prática social. O descolamento da prática sugere a alienação, posto que as relações existentes (autonomizadas) entram em contradição com a realidade, com as forças de produção existentes. Daí que a alienação vem da divisão do trabalho, pois a dimensão filosófica e a dimensão material referem-se agora a indivíduos distintos, organizados de acordo com interesses específicos. A sociedade de classes surge do movimento histórico que produz a contradição entre aqueles que detêm os meios de produção e uma subjetividade (o controle do processo), e aqueles excluídos da posse da propriedade privada (produto do processo), incluídos enquanto força de trabalho. Trata-se da contradição Capital-Trabalho, mistificada pela ideologia burguesa de que todos são iguais (perante a lei, em um primeiro momento, e socialmente em seguida).

Nossa reflexão passa necessariamente pela compreensão da alienação como *processo e produto* (determinado também pela própria morfologia espacial), separando o homem de sua produção e causando o estranhamento e a coisificação. O trabalho *dentro do capitalismo* conduz à alienação, posto que a própria atividade do homem já não o pertence mais, convertendo-se no *outro* do homem. Com Marx, concordamos que a

“*propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A *propriedade privada* resulta portanto, por análise, do conceito de *trabalho exteriorizado*, isto é, de *homem exteriorizado*, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado”<sup>9</sup>.

Colocados os termos da alienação, o homem passa do “mundo das imediações” para o “mundo das mediações” costurando suas condições de vida. Em seu processo de sofisticação, a propriedade privada, como mediação, consolida a cisão. A cisão total se realiza com a separação do trabalho assalariado do capital, com a apropriação privada do trabalho, configurando uma contradição que possui como elemento de superação a produção do espaço<sup>10</sup>. O espaço urbano torna-se local fundamental para a realização do valor diante do aumento da mais-valia absorvida na reprodução da força de trabalho e das relações sociais de produção. De acordo com Roweis apud Soja<sup>11</sup>, “o que o trabalho tira com uma das mãos (na luta no local de trabalho) ele dá com a outra (no local de moradia urbano)”. A luta pelos salários aparece agora como luta por poder político, participação e direitos mais amplos. Essas lutas políticas adquirem, então, um novo caráter, escapando das fábricas e invadindo o espaço urbano. Estamos na esfera da reprodução das relações sociais.

Dessa forma, como se atualizaria a alienação no mundo moderno? O que poderia subsumir a luta política no espaço urbano a favor da reprodução capitalista? A industrialização e seus problemas de superprodução produziram a necessidade de se redefinir e criar espaços, tendo a urbanização como tendência e objeto. Entre o homem e a natureza que se “humanizava”, instalaram-se mediações – dentre elas o Estado –, cuja presença e constância guiaram a produção no seu âmbito.

Sendo a base do capital, a propriedade privada apresenta-se como elemento que produz a cisão (e mediação) entre o capital e o trabalho e transforma o homem objetivado em mercadoria, mais pobre quanto mais riqueza gera. Hoje, com a realidade da cotidianidade produzida, o esboroamento dos referenciais e a redução da vida do homem também alcançam os possuidores da propriedade.

Nos *Manuscritos*, Marx aborda a essência contraditória da propriedade privada. Para ele, “o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada enquanto exclusão da propriedade, e o capital, o trabalho objetivo enquanto exclusão do trabalho, são a *propriedade privada* enquanto sua relação desenvolvida da contradição, e por isso uma relação enérgica que **tende** à solução”<sup>12</sup>. Complementa mais adiante: “o comunismo é, finalmente, a expressão *positiva* da propriedade privada supra-sumida [superada]”<sup>13</sup>. Para Marx<sup>14</sup>,

“A propriedade privada material, imediatamente sensível, é a expressão material-sensível da vida humana estranhada. [...] A supra-sunção [superação] positiva da propriedade privada, enquanto apropriação da vida humana é, por conseguinte, a supra-sunção positiva de todo estranhamento”.

Logo, nota-se nas passagens acima a essência contraditória da propriedade, pela qual depreende-se ser ela forma e conteúdo (contém *em si* o Trabalho e o Capital em contradição formando sua essência). Assim, por exemplo, o Trabalho como essência subjetiva da propriedade privada (*trabalho* como riqueza equivalente à *propriedade* como riqueza) torna-se uma alienação do homem (abstrato). Com a industrialização, a propriedade privada incorpora-se ao homem: o homem possui, então, dentro de si o outro dele próprio, a propriedade. Neste sentido, para Marx, “na medida em que fazem da propriedade

<sup>9</sup> Marx, 2004, p.87, grifos do autor

<sup>10</sup> Soja, 1993

<sup>11</sup> 1993, p.121

<sup>12</sup> 2004, p.103

<sup>13</sup> ibidem, p.103

<sup>14</sup> ibidem, p.108

privada, em sua figura ativa, sujeito, acabam fazendo, ao mesmo tempo, do homem, essência, e simultaneamente do homem enquanto não-ser, ser, assim mesmo a contradição da efetividade corresponde plenamente à essência contraditória que eles reconheceram como princípio”<sup>15</sup>.

Assim como a propriedade privada, no espaço reside o seu outro, ou seja, antiteticamente o espaço é e **não é** ao mesmo tempo condição para o urbano. Assim, o processo de produção do espaço contém o seu *outro* dentro de si, contém em si a própria essência contraditória da reprodução: carrega consigo as positivities (condição para a realização tendencial do urbano) e as negatividades (as condições para a reprodução contraditória do capital). Mas, como compreender tal não-ser que ao mesmo tempo é ou participa do ser? O *não-ser*, assim, aparece como antítese intrínseca ao próprio ser: ora o espaço aparece como condição, ora como obstáculo... ao capital e ao urbano. Daí que o urbano pode ou não se realizar, e o Estado tem muito a ver com isso. Acreditamos que, particularmente, neste momento, surge de nossa análise elementos que possuem potência para a compreensão de uma dialética espacial.

Para entender o mundo moderno é preciso compreender o movimento das crises do capitalismo através da produção do espaço nos limites do processo de mundialização do mundo. Sendo assim, hoje, caberia investigar o papel do Estado como ente totalizador das relações sociais. O Estado apresentaria um “caráter regulador do espaço político”, produtor de uma racionalidade que “regula e reconduz as condições de dominação, subordinando a reprodução simples (da força de trabalho) à reprodução mais complexa das relações de produção e estas àquelas das relações de dominação, incorporadas no espaço”<sup>16</sup>. Responsável por reunir os fragmentos de um “espaço pulverizado” pela generalização da propriedade privada, negando a fragmentação, por um lado, e a diferenciação, por outro, o Estado oferece as condições para a reprodução em outro nível, corrigindo distorções, mantendo a hegemonia da propriedade, apropriando-se dos movimentos contestatórios em sua estrutura, reduzindo tensões e reproduzindo o espaço capitalista. Esse seria o sentido do planejamento urbano. Dessa forma, o Estado apareceria como o terceiro elemento de uma nova tríade introduzida a partir do movimento da contradição entre o capital e o trabalho: corolário da industrialização, a produção do espaço hoje afirmaria mesmo a tendência à constituição do urbano (“espaço de catástrofe” do capitalismo); contraditoriamente, a produção do espaço também se apresenta na outra ponta do processo como impedimento à formação do urbano.

O urbano nasce em um movimento que vem da industrialização: o deslocamento do capital conduz à urbanização do campo, à incorporação das periferias na urbanização recente e à desvalorização do espaço de fragmentos da metrópole. Neste contexto, o processo de implosão-explosão da cidade acima descrito e a generalização da urbanização geram contradições no movimento de sua reprodução, já que o “espaço da propriedade”<sup>17</sup> aparece como obstáculo e condição à reprodução até mesmo devido à escassez de novos espaços em algumas áreas estratégicas da cidade, como o Centro. No limite, tratamos aqui o urbano como negação da propriedade (ou afirmação da não-propriedade) e a produção do espaço capitaneada pelo Estado como a negação da negação da propriedade (ou a negação da não-propriedade). Aqui entra o Estado como terceiro elemento, aquele que resolve a negação contra o movimento tendencial do urbano. Ao Estado cabe, então, reproduzir a raridade através da produção de novos espaços em uma relação da centralidade antiga com as demais centralidades, a fim de garantir a reprodução do capital e *impedir* a realização do urbano (a superação do capitalismo). Isso apenas confirma nosso raciocínio, pois as condições dadas à reprodução do capital continuam presentes diante da *tendência* ao urbano. O espaço apresenta-se, assim, como elemento que pode conduzir ao urbano, o espaço de realização da humanidade do homem, ou não, confirmando-se como o espaço da reprodução

---

<sup>15</sup> ibidem, p.100

<sup>16</sup> Lefebvre, 1978, p.240

<sup>17</sup> Lefebvre, 2000



contraditória, produzido pelo Estado para resolver o problema da propriedade privada como barreira à realização do valor. Esse movimento nos conduz a uma conclusão não tão evidente: apenas a superação do Estado garantiria a realização do urbano (e esta é uma tarefa prática). Contudo, como o movimento tendencial do urbano (ainda) coexiste com o Estado, essa passagem não será feita sem luta. O urbano é um movimento real que tende a superar o estado de coisas atual, sendo que suas condições dependem de pressupostos atualmente dados. A superação das contradições tem a ver com a superação da divisão do trabalho que, por sua vez, tem a ver com a superação da sociedade de classes. Tudo isso obviamente encontra-se mistificado pelas ideologias. No movimento de superação positiva da contradição Capital-Trabalho e da confirmação do urbano, a alienação só pode ser superada sob dois pressupostos práticos:

“Para que ela se torne um poder ‘insuportável’, isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente ‘destituída de propriedade’; e que se encontre, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de cultura existente de fato – coisas que pressupõem, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (...) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a *carência*, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida”<sup>18</sup>.

O processo de produção do espaço, contendo a diferenciação no acesso à propriedade privada, reproduz novas formas espaciais e altera e/ou acrescenta conteúdos à cidade, modificando a prática socioespacial. Dessa forma, a racionalidade do capital possui como finalidade sua própria reprodução através da produção do espaço para a realização econômica e se autonomiza no contexto da reprodução, elevando a mercadoria à posição de relevância incontestável, restringindo os momentos da realização da vida do homem. Esse movimento reproduz as condições materiais e ideológicas para a reprodução do capital. Por isso, a análise da metrópole hoje exige a articulação entre o econômico, o político e o social, a fim de compreender as mediações que atravessam as relações voltadas à realização da vida humana, revelando um movimento essencialmente contraditório que aparece travestido como “natural”.

Um elemento crucial para a compreensão da reprodução do capitalismo refere-se ao papel das estratégias do Estado via produção/controlado do espaço. O poder político totalizador do Estado alcança os mínimos interstícios da vida cotidiana produzindo uma programação da vida, garantindo a reprodução social e a acumulação ampliada de capital. Capitalistas e Estado “organizam” o espaço a fim de controlar a reprodução das relações de produção, reunindo os fragmentos do espaço, homogeneizando e hierarquizando as parcelas, vendidas de acordo com a possibilidade de realização de lucros. O desvendamento das contradições sociais, assim, tem como primeiro momento da análise o desvendamento das estratégias apoiadas pelo Estado para se realizar ou, em outras palavras, descortinar a exigência da mediação do político para a manutenção da autonomia do econômico.

Ao lado do Estado, o capital produz espaços reproduzindo sua racionalidade hegemônica a fim de reproduzir as sucessivas crises de acumulação através da circulação do capital. Assim, o capitalismo subsiste através do espaço e das relações sociais de produção. Para realizar-se como o elemento que resolveria a contradição entre o urbano (como tendência) e o espaço (que condiciona e obstaculiza o urbano), o Estado e o capital produzem estratégias, gerando outra contradição dentro da reprodução: a deterioração-revitalização.

Segundo Smith (2007), a desvalorização do capital e a constituição do diferencial de renda (*rent gap*) explicariam parcialmente a possibilidade de reinvestimento através de gentrificação e de

---

<sup>18</sup> Marx e Engels, 1984, p.50

redesenvolvimento. Considerando o valor em termos de unidade de produção e troca, capital e mercadorias encontram obstáculos à realização, pois os capitalistas não encontram no mercado margem necessária à circulação. Isso significa que ocorre a reprodução da raridade devido às grandes quantidades de capital fixo que tem vida longa. Para realizar o valor do capital fixo, com base em Harvey (1990), o capitalista se vê obrigado a estimular novas necessidades sociais e novos desejos por meio de estratégias. Em um período de expansão econômica, valorizam-se espaços e produzem-se novas centralidades, enquanto desvaloriza-se o capital investido em outro lugar. A valorização do capital para a produção de novos espaços induz à desvalorização de espaços, que pode ser seguida da deterioração. Para Smith (2007), a revitalização através da gentrificação (retorno dos investimentos com reabilitação dos imóveis já existentes) ou do redesenvolvimento (construções totalmente novas após a destruição do capital fixo) aparece no sistema como uma fronteira econômica, uma forma de superação das crises, transferindo capitais das indústrias (superprodução e aumento da mais-valia absorvida na reprodução da força de trabalho) para a produção de novos espaços. Smith realiza suas reflexões com base nestes termos econômicos, inclusive a partir das contribuições de Harvey. Em nossa perspectiva, a revitalização urbana, de fato, aparece como um instrumento fundamental à realização do valor, mas também guarda em si um movimento de subsunção da ação política.

A lógica da deterioração-reatualização urbana “exclui” espaços para depois “incluir” (inclui como seu *excluído* – o deteriorado – para, em seguida, incluir como *centralidade* – como o “novo”). Entretanto, quando essa lógica do capital exclui espaços (capital fixo), ela exclui o próprio capital, negando-se. Por isso, afirma-se uma dialética entre centralidade e periferia. Quanto mais o capital nega sua produção anterior, ou seja, ele próprio, mais ele se torna colonizado pela lógica e, ao mesmo tempo, gestor do processo. Entendemos essa contradição no âmbito da metrópole como deterioração-reatualização.

Vimos até aqui que o espaço é fundamental como possibilidade de reprodução do capital, das relações sociais de produção e de realização das estratégias do Estado resultando em uma prática social que revela processos contraditórios. Da mesma forma, o espaço é força produtiva capaz de realizar a acumulação de capital por meio de sua produção. Contudo, em certas áreas da metrópole, a propriedade privada torna-se um impeditivo revelando, então, uma contradição, posto que a propriedade é, igualmente, condição e obstáculo à reprodução. Dessa forma, a raridade é produto do processo de reprodução do espaço ao mesmo tempo em que o espaço se torna obstáculo à sua própria reprodução. Assim, o capital necessita criar alternativas dentro da reprodução através da produção de novos espaços.

### **Gentrificação de favelas como expansão da fronteira econômica urbana**

A metropolização gerou uma profunda transformação na estrutura interna das cidades que a experimentaram, aí incluídos tanto a “implosão” do Centro quanto o esgarçamento da periferia provocado pela “explosão” da cidade. Boa parte das mudanças decorreu da expansão horizontal da mancha urbana e dos correspondentes processos de descentralização das atividades urbanas a partir da formação de novas centralidades pelo capital, no cerne do processo de (re)produção do espaço.

A constituição de uma economia progressivamente globalizada trouxe, entre seus muitos impactos, a constituição de uma hierarquia global de cidades, de acordo com Sassen (1998), e a ampliação (especialmente nessas cidades) dos setores de renda alta e média-alta ligados às atividades de gestão da economia globalizada. Se somarmos a esse fato a participação cada vez mais importante do setor imobiliário no processo geral de reprodução do capital e a crescente competição por atração de

investimentos, de consumidores (usuários do espaço) e de moradia da população de alto nível de renda, podemos compreender o denominado processo de gentrificação (*gentrification*).

O sentido usual de gentrificação pode ser definido, resumidamente, como um retorno da população de alto status social à Área Central metropolitana, *enquanto local de moradia*. É esse fenômeno que estaria ligado a muitos casos de revitalização urbana de Áreas Centrais. A expressão da língua inglesa *gentrification* foi usada pela primeira vez pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964, ao analisar as transformações imobiliárias em determinados distritos londrinos. Entretanto, é no ensaio “*The new urban frontiers: gentrification and the revanchist city*”, do geógrafo Neil Smith, que o processo é analisado em profundidade e consolidado como fenômeno social presente nas cidades contemporâneas. Smith identificou os vários processos de gentrificação em curso nas décadas de 1980 e 1990 e tentou sistematizá-los, especialmente os ocorridos em Nova Iorque (com destaque para a gentrificação ocorrida nos bairros do Soho e do Harlem, naquela cidade).

O Estado possui papel crucial no processo. Seja através de intervenções urbanas nas áreas deterioradas das grandes metrópoles, seja estabelecendo a legislação incentivadora da reocupação desses lugares pela população de alta renda, ou ainda, garantindo a segurança e promovendo o afastamento da população indesejável das ruas, o Estado vem atuando como elemento indutor da revitalização urbana.

Em se tratando de gentrificação, a maior referência é Neil Smith, que empreendeu esforço a fim de elaborar uma fundamentação teórica, centrando sua análise na produção do espaço urbano, com especial atenção para sujeitos fundamentais como o Estado e os agentes imobiliários e para a importância da relação investimento/desinvestimento como indutor de oportunidades para a realização da gentrificação. Para este autor, a gentrificação pode ser compreendida a partir de duas escalas de análise que se articulam, a global e a local, tendo a metrópole como mediação.

Para o autor, as explicações globais da gentrificação incluem-se na tendência de produção de um desenvolvimento desigual<sup>19</sup>. O desenvolvimento geográfico desigual reflete distintos percursos pelos quais os diferentes grupos sociais envolvem materialmente seus modos de sociabilidade. Resta encontrar uma maneira de identificar o sentido da diversidade, das particularidades e da maioria das variações geográficas em relação a processos mais gerais da acumulação do capital<sup>20</sup>. Nesta perspectiva, torna-se impossível sustentar a visão de que o capitalismo tem somente uma pequena relação com a vida cotidiana ou que os ajustes e as adaptações que ocorrem na vida diária são irrelevantes para entender como a acumulação de capital está trabalhando em um estado global.

A dimensão mais ampla do processo de gentrificação estaria ligada aos grandes movimentos de capital, em particular àqueles ocorridos nos períodos de crise na economia mundial quando as taxas de lucro dos setores do grande capital industrial começam a cair. Nessas condições, o setor financeiro torna-se altamente atraente, em função de sua lucratividade permanecer comparativamente alta. Ocorre, assim, a tendência de elevação dos fluxos de capital para o setor imobiliário, viabilizando a gentrificação. De acordo com Paulani<sup>21</sup>:

“nos momentos de crise, são pequenos os incentivos para que o excedente tome prioritariamente a forma de meios de produção, em especial de instrumentos de trabalho. Num país periférico como o Brasil, esse nunca foi um grande problema, porque o déficit de comportamento burguês das elites acabou por empurrar o Estado para atuar permanentemente como o grande investidor da economia. Tendo essa atuação por locomotiva, o incentivo estava garantido e puxava sem nenhuma dificuldade os vagões do investimento privado”.

---

<sup>19</sup> Smith, 1996

<sup>20</sup> Harvey, 2005

<sup>21</sup> 2008, p.101

Harvey (1990) nos diz que a crise do petróleo de 1973, cuja fonte remonta ao aumento da produção no setor fabril, produziu a necessidade de se encontrar novas formas de acumulação. Desse modo, pôs-se em pauta a colonização de outros setores/instâncias sociais, inclusive no âmbito da vida cotidiana, com a reprodução do capital através da expansão para áreas não-capitalistas e da alteração/transformação nos marcos do próprio sistema. Neste sentido, pode ser um espaço já apropriado pelo capital, dentro da própria reprodução, sendo revalorizado, realizando potencialmente uma gentrificação.

Dessa forma, percebe-se uma nítida articulação entre o capital investido no setor imobiliário (em particular nas grandes cidades) e as flutuações e crises registradas na economia global. A gentrificação e o redesenvolvimento vinculam-se ao ciclo de reprodução do capital em escala mundial como parte do processo de reestruturação mais ampla da economia capitalista após a década de 1960. Smith (1996) pondera acerca da inserção da gentrificação em um movimento mais amplo de reestruturação da economia espacial urbana, produzida pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, resultado do desenvolvimento de uma economia de serviços, além da desvalorização do capital imobilizado no espaço densamente ocupado. Essas mudanças foram acompanhadas de mudanças quanto à ação do Estado (privatizações dos serviços públicos, desregulamentações), tudo isso em um quadro de crescente competição. Não é por acaso que Smith afirma que, nesse contexto, a gentrificação passou a ser associada à “cidade global”.

Na escala local, o setor imobiliário possui um longo período de maturação. Em outras palavras, o capital imobilizado sob a forma de imóveis urbanos devolve lenta e gradualmente a seu proprietário o capital que nele foi investido (obviamente a velocidade em que isso ocorre varia dependendo da natureza do empreendimento e da dinâmica da economia local). O capital fixo não pode ser destruído, pelo menos enquanto o capital investido não tiver sido recuperado, sob pena de resultar em prejuízo para o capitalista. A deterioração física dos imóveis pode ser explicada pelo fato de que o preço do terreno é maior que o preço do imóvel. Consequentemente, aquele valor aumenta por causa da escassez crescente de espaços. Logo, para o capitalista não importa a condição do imóvel, mas a propriedade do terreno. Assim sendo, o processo que precede a gentrificação e o redesenvolvimento é a necessária desvalorização do capital investido.

A depreciação produz as condições econômicas objetivas que tornam a revalorização do capital uma resposta racional do mercado. É nesse ponto que deve ser considerado o *rent gap*, ou seja, a diferença entre o nível potencial de renda do solo de um local e a renda do solo atualmente obtida, capitalizada através do uso da terra naquele momento. Sem o *rent gap* não há margem para o reinvestimento e, conseqüentemente, não há gentrificação nem redesenvolvimento, pois a diferença entre os dois níveis de renda anteriormente referidos deve ser grande o suficiente para que os empresários possam comprar a baixo custo os imóveis deteriorados, reformá-los (ou demoli-los, em caso de redesenvolvimento) e lucrar com a renovação da área. Assim, de acordo com o *rent gap*, a gentrificação e o redesenvolvimento não são processos “naturais”, mas, ao contrário, eles são um resultado esperado do processo de acumulação de capital e da reprodução do espaço nas grandes metrópoles. A desvalorização do capital combinada ao contínuo crescimento da urbanização em direção à periferia teria produzido as condições para que o reinvestimento lucrativo se realizasse.

Assim, Smith atesta que a gentrificação é “mais um retorno do capital do que das pessoas ao centro da cidade”<sup>22</sup>, uma “revitalização da taxa de lucro ao invés de uma revitalização do Centro da cidade”<sup>23</sup>. Contudo, normalmente, o processo não é fruto da ação isolada e espontânea dos agentes privados atuantes no mercado urbano de terras. O papel do Estado como indutor é extremamente relevante. São

---

<sup>22</sup> 1996, p.70

<sup>23</sup> idem, p.88

diversos os exemplos de processos de gentrificação derivados de programas governamentais de revitalização urbana. Essas ações permitiram que, em um momento seguinte, as instituições financeiras e os agentes imobiliários estivessem qualificados para deflagrar o processo sem a mediação direta do Estado, no que ficou conhecido como “gentrificação de mercado”.

Edward Soja e Neil Smith convergem quanto ao atual movimento da reestruturação do espaço urbano, cujas perspectivas apontam para uma recentralização/descentralização das nodalidades urbanas, com a formação de novas centralidades especializadas, bem como a especialização da centralidade original (Área Central). O Centro urbano passa a ser ocupado por “funções executivas, financeiras e administrativas de alto nível, habitações para a classe média e classe média alta, e um complexo de hotéis, restaurantes, cinemas, lojas, e espaços culturais oferecendo lazer a esta população (...), a manhattanização social da Área Central para combinar com a manhattanização arquitetônica”<sup>24</sup>. De acordo com Soja<sup>25</sup>, “um ‘renascimento’ cuidadosamente orquestrado do Centro vem ocorrendo, tanto nas regiões metropolitanas em crescimento quanto nas declinantes”. Em uma cidade com o metro quadrado mais caro do país, a especulação imobiliária chegou às favelas. Após a “pacificação”, elas se tornaram um grande mercado e têm atraído investidores. Moradores não conseguem mais arcar com as despesas ou optam por aproveitar os altos preços e vender seus imóveis. A especulação está mudando o perfil da favela.

Com a evolução da técnica no contexto da globalização, a produção e o consumo são tornados globais influenciando a reorganização das funções urbanas e a competição pela atração de capital. Sánchez<sup>26</sup> aponta a “existência de uma rede global na qual operam fluxos informacionais associados à cidade, imbricados nos processos constituintes de um mercado global de cidades”. A ascensão desse mercado global ligado às finanças e aos serviços especializados contribuiu para a expansão das funções decisórias e da demanda por esses serviços a partir das empresas. Sassen<sup>27</sup> afirma que “a combinação da dispersão geográfica das atividades econômicas e da integração dos sistemas, que está no centro da atual era econômica, contribuiu para o papel estratégico desempenhado pelas grandes cidades”: elas não perderam suas funções de comando, pelo contrário, concentraram. Desse modo, essas cidades não se tornaram obsoletas: passaram a coordenar na escala global o capital financeiro. Essas cidades se internacionalizaram, mas, em um movimento contraditório, passaram a centralizar espacialmente o capital formando centros de gestão do território integrando pela informação múltiplas atividades industriais dispersas.

Posto que o capital, neste momento, passa a realizar-se vendendo o espaço e/ou as particularidades desses espaços, o turismo e a financeirização da produção do espaço podem ser apontados como dois dos momentos da reprodução. Propostas voltadas à especialização do espaço são encaminhadas na forma de estratégias urbanas.

Na cidade do Rio de Janeiro, a favelização e o surgimento de periferias urbanas ao longo do século XX produziu espaços alheios aos interesses econômicos imediatos, lugares de depósito da mão-de-obra trabalhadora, cujo acesso aos terrenos mais valorizados da cidade (terrenos baixos e próximos ao centro) revelou-se impedido na medida em que ocorria a expansão do tecido urbano em direção às antigas áreas rurais e pela linha da praia. No momento atual, determinados espaços da cidade são eleitos como espaços preferenciais para investimentos e elevados como pretensa síntese do Rio de Janeiro. Fato é que as favelas ocupam importantes interstícios por toda a centralidade econômica da

---

<sup>24</sup> Smith, 1996

<sup>25</sup> 1993, p.227

<sup>26</sup> 2003, p.550

<sup>27</sup> 1998, p.35

cidade e, em meio às estratégias em torno dos megaeventos sediados no Rio, aposta-se em novas formas de controle social para garantir a reprodução econômica. Consideramos que o debate não seja sobre Segurança Pública, mas em torno de um projeto de cidade em formação. Partimos desta hipótese para investigar a crescente criminalização de massas populacionais e espaços periféricos, o desenvolvimento do discurso da violência urbana e os instrumentos utilizados pelo Estado para a contenção social através de leis de exceção. Acreditamos que a exceção se encontre hoje no cerne da produção do espaço no Rio de Janeiro. A criminalização é promovida pelo Estado e reproduzida por empresas midiáticas controladoras de jornais, rádios e emissoras de televisão, formando um grande aparato gerador de medo. A “nova ordem penal” instituída no Rio de Janeiro é consequente ao esfacelamento da política.

Partindo da tríade valorização – desvalorização – revalorização, podemos considerar as favelas em um processo de constituição histórico-geográfica no contexto da formação da metrópole. Ao momento da valorização corresponderia a autoprodução das favelas e ocupação de terras como consequência da expansão urbana provocada pela industrialização. Assim, as favelas podem ser consideradas como produtos da urbanização produzida pela industrialização brasileira no século XX, alimentadas pelo crescente êxodo rural, a falta de um planejamento urbano ordenador da ocupação do solo urbano que se produzia e de um certo “espontaneísmo” por parte das classes populares devido à necessidade de viver a vida na cidade industrial que se formava.

No que se refere à desvalorização, as favelas do Rio encontram a década de 1980 como momento inicial de um processo de crise profunda na economia nacional, aumento das taxas de desemprego aliado à desconcentração da indústria, que deixava a metrópole em direção às margens de rodovias no interior, outros Estados e outros países. Nesse contexto, a “guerra às drogas” declarada pelo Governo dos Estados Unidos na década de 1970 é encampada no Brasil e vê o crescimento do tráfico de drogas como um “inimigo interno” a combater. O tráfico encontra nas favelas o ambiente ideal para se territorializar e realizar-se em um momento de crise em um lugar agora visto como “depósito de excedentes populacionais”.

Por fim, a revalorização ocorre no início deste século tendo o projeto de realização de megaeventos a força motriz para reorientar a reprodução do espaço urbano no Rio de Janeiro. A ideologia da “pacificação” é defendida pelo Estado, empresários e mídia como a única saída para vencer o crime organizado, o que vem gerando valorização de terras até então ocupadas por residentes tradicionais das favelas, ora removidos pelo Estado, ora expulsos pela valorização de seus imóveis. A gentrificação nas favelas no eixo de realização dos megaeventos é posta como fronteira urbana no contexto de crescimento econômico e investimentos gerados em um momento de grande liquidez nos países ditos “em desenvolvimento”.

O projeto de cidade que se encontra ora em formação possui as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s) como braço armado do Estado para a realização da estratégia. A estratégia da “pacificação” de favelas está articulada à gentrificação desses importantes espaços da cidade, lugares da realização de megaeventos esportivos, no entorno da rede hoteleira do Rio de Janeiro, próximas aos principais eixos viários através dos quais turistas e consumidores estrangeiros são transportados, além dos bairros de classe média e de alta renda. As favelas cariocas “pacificadas” aparecem como novas fronteiras urbanas para a reprodução graças à formalização das atividades econômicas, a eliminação/redução do tráfico de drogas ilegais e a valorização imobiliária acima da média com a entrada de serviços e equipamentos privados com o suporte da Polícia. Após a “pacificação” quem de fato governa o território é o Comandante da UPP, responsável pela definição dos horários de funcionamento dos estabelecimentos e circulação de moradores pelas ruas. Os moradores da favela teriam acesso à

cidadania pelo consumo de novos produtos e serviços mediada pelo controle militar policial caso não houvesse a mudança do perfil (os mais pobres foram removidos pelo Estado ou vendem suas residências valorizadas). A gentrificação é vista também como forma de solução do “problema das favelas”, posto que a suposta abertura dessas áreas da cidade ao mercado geraria uma onda de investimentos e mudança no conteúdo social em função da valorização do espaço, revelando a concepção que confunde criminalidade e pobreza.

A UPP é fundamental para se compreender um novo patamar do urbanismo de negócios ou empreendedorismo urbano no Rio. Sob o conflito entre ordem e desordem, naturaliza-se o fundamento econômico neoliberal na formação do projeto de cidade em disputa, subsumindo os direitos humanos aos direitos dos consumidores, esvaziando espaços populares de resistência e fomentando a gentrificação de mercado graças a cinturões de segurança pública. No Rio de Janeiro, os direitos humanos aparecem como revolucionários em uma cidade onde a repressão e o autoritarismo se sobrepõem à Constituição e aos interesses da sociedade. Onde as UPPs foram instaladas há um Estado de exceção. As pessoas têm seus direitos constitucionais mais básicos desrespeitados no dia a dia. Os policiais entram e saem das casas quando querem, atiram em quem querem, tudo com a justificativa de que se está combatendo um inimigo maior, o traficante.

Para Sampaio (2011), a violência, independente da definição que possua, é habitualmente analisada não a partir de seus conteúdos, mas de sua representação que se expressa enquanto medo (do crime, por sua vez, do pobre, do negro, da favela). Não há, entretanto, necessariamente, coincidência absoluta entre a coisa real e a representação. A representação (que se desdobra do objeto) pode se autonomizar e passar a existir em si mesma. Será isto o que aconteceu com a violência? Poderíamos reduzir a questão da violência às de suas representações – medo e criminalidade; pensá-la apenas como aquilo que representa o perigo iminente ao corpo (e à propriedade)?

A gentrificação nas favelas do Rio de Janeiro localizadas no eixo de reprodução do espaço para os megaeventos realiza-se expulsando moradores tradicionais que não conseguem manter-se na comunidade após a súbita elevação de preços. Esses moradores vendem seus imóveis e vão morar em outros lugares, mais distantes do trabalho e dos amigos. O turismo incentivou os comerciantes a elevarem os preços de seus produtos. Contudo, a maioria das pessoas que está, por exemplo, na favela do Vidigal, reside lá, e nem todos conseguem ou querem arcar com essas altas.

Com isso, o perfil da favela muda. O Pico Dois Irmãos está se tornando um dos maiores pontos turísticos da comunidade, mas ainda não possui estrutura suficiente para atender os visitantes. Outro ponto delicado são as edificações que estão sendo construídas em áreas de forte turismo, que podem atrapalhar a vista do Vidigal, um dos seus maiores atrativos. Algumas pessoas compraram terrenos próximos ao Mirante e o risco de elevação das construções existe em função da falta de regulamentação urbanística.

Assim como o Vidigal, outras comunidades estão sofrendo os reflexos da especulação imobiliária. Na Zona Sul do Rio (área nobre da cidade), a alta dos preços é mais visível. No Morro dos Cabritos, o aluguel de um quitinete (apartamento de um quarto) ultrapassa os R\$1000,00. Muitos que viviam no “asfalto” mudaram-se para a favela, inclusive estrangeiros. Pessoas que saíram com medo da violência, voltaram. Os serviços públicos são insuficientes para atender a essa demanda. Questões básicas, como coleta de lixo e saneamento precisam ser adaptadas para atender a todos com qualidade. Ressalta-se também o aumento no número de estabelecimentos comerciais na comunidade, principalmente bares e restaurantes. No Morro da Babilônia, o preço do comércio seguiu o fluxo dos imóveis. Todas as comunidades pacificadas estão passando pela especulação imobiliária.

Quem resolve vender seus imóveis, consegue fazê-lo por preços elevados. Aqueles que resolvem alugar, também conseguem cobrar quantias generosas. A favela mudou e as pessoas (se) mudaram. Alguns vieram morar de aluguel, pessoas não nascidas na favela, até mesmo estrangeiros. No Cantagalo, a chegada dos estrangeiros também chama a atenção e mostra uma das maiores dualidades da especulação: enquanto os moradores da comunidade não conseguem pagar os alugueis, a classe média fica atraída pela possibilidade de pagar barato e continuar morando na Zona Sul. Atraídos pelos preços e pela ideia de pacificação, os novos moradores optam por alugar ou até mesmo comprar imóveis na comunidade.

### Considerações finais

Nas cidades, a valorização da terra pode ser tomada como expressão do conteúdo histórico da ocupação, em que se combinam um processo geral de valorização com as particularidades de cada localização específica. A produção de novos espaços para a reprodução econômica nos coloca a orientação da urbanização capitalista em um movimento em busca da universalização de um processo.

As abordagens correntes que analisam o movimento deterioração-revitalização partem de “uma espécie de reviravolta desconcertante, a rigor, sem mediações e sem maiores considerandos” (Arantes, 2002, p.20). O Planejamento analisaria a revitalização tão somente como um reflexo da ação de processos “nascidos” no bojo da crise do keynesianismo. A “crise” do paradigma fordista redefiniria os conteúdos espaciais de modo a expandir as potencialidades de extração de lucros e de maior produtividade do sistema, proporcionando um “reajuste. O declínio das políticas econômicas inspiradas no keynesianismo colaborou para que se questionasse no nível local a legitimidade do Estado como regulador do uso do solo urbano. Esse ataque à atuação do Estado compunha uma estratégia visando ao abandono do planejamento estatal. Apesar disso, os urbanistas permaneceram ligados à perspectiva do Estado (com maior ou menor aderência), afirmando-o como a instância de decisões sobre os destinos da cidade. Neste sentido, todo o discurso do urbanismo é pautado pela apologia do Estado, capaz de equalizar os desequilíbrios e promover o desenvolvimento. A “crise da metrópole” derivaria, então, da falta de planejamento urbano/estatal. Eis o movimento: a partir da formulação de um discurso de crise, justifica-se a necessidade de intervenções pelo *planejamento*.

Para Sánchez<sup>28</sup>, ao requalificar a imagem, o projeto de intervenção agrega a seus objetivos “a transformação de algumas áreas em ‘novas centralidades’, fragmentos urbanos transformados em nós de atividades e fluxos – empresariais, comerciais, de serviços – somados aos espaços da chamada ‘oferta cultural’, museus e centros de lazer”.

Smith<sup>29</sup> constrói uma metáfora perfeita acerca da gentrificação como uma nova “fronteira” urbana, comparando-a com a expansão econômica e a dilatação das fronteiras dos EUA na história. De fato, a gentrificação como processo se realiza onde anteriormente havia desvalorização. Isso sustenta a ideia de retomada do desenvolvimento econômico através de um discurso ideológico que elege áreas passíveis de maior revalorização. A gentrificação, a revitalização urbana e o mais amplo e complexo processo de desenvolvimento desigual são todas partes da diferenciação do espaço geográfico na escala urbana. Para Neil Smith, é imperioso afastar a visão ideologizada da gentrificação a fim de entrever um processo mais amplo de reestruturação urbana.

Em nossa análise, consideramos essas iniciativas como estratégias que visam a eliminar a periferia (como lugar da cidade, mas também condição social). A possibilidade de conflitos é vista como uma

---

<sup>28</sup> 2003, p.499

<sup>29</sup> 1996, 2007



ameaça à sobrevivência da sociedade e, assim, o consenso a todo preço será usado como pretexto para isolar o “conflituoso” ou obrigá-lo a negociar e aceitar a solução que se impõe quando contraria interesses.

## **Bibliografia**

AGAMBEN, G. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. 142p.

ARANTES, O. Uma Estratégia Fatal: A Cultura nas Novas Gestões Urbanas. In: ARANTES, O, VAINER, C. e MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp.11-74.

CARLOS, A. F. A. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, A. F. A. *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999, pp.173-186.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole*. Tese (Livre-Docência). São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

CARLOS, A. F. A. A Geografia Crítica e a Crítica da Geografia. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007, vol. XI, núm. 245 (03).

HARVEY, D. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 469p.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. *De L'État* (Tome IV). Les Contradictions de l'État Moderne. La Dialectique et/de l'État. Paris, 1978, p. 211-258.

LEFEBVRE, H. *La Production de l'Espace*. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MALAGUTI, V. Localização e perigo: controle espacial da pobreza no Rio de Janeiro. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, v. 9, p. 55-63, 2013.

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo, Hucitec, 1984 [1846].

MARX, K. & ENGELS, F. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

MASCARENHAS, G; BIENENSTEIN, G. e SÁNCHEZ, F (orgs.). *O Jogo continua: Megaeventos Esportivos e Cidades*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011. 301p.

MÉSZAROS, I. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009. 133p.

PAULANI, L. M. *Brasil Delivery: Servidão Financeira e Estado de Emergência Econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

RAPOPORT, M. e BRENTA, N. *Las Grandes Crisis del Capitalismo Contemporáneo*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010. 364p.

SAMPAIO, R. *Da Noção de Violência Urbana à Compreensão da Violência do Processo de Urbanização*: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). FFLCH, Universidade de São Paulo, 2011.

SÁNCHEZ, F. *A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SASSEN, S. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

SEABRA, O. C. L. Urbanização e Fragmentação: A Natureza Natural do Mundo. *Geografares*, Vitória, 2000, v. 1, no 1, jun. pp. 73-79.

SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, N. *The New Urban Frontier – Gentrification and the revanchist city*. New York: Routledge, 1996.

SMITH, N. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. In: *GEOUSP*, 2007, nº 21. São Paulo: USP/FFLCH, pp.15-31.

SOJA, E. *Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.